

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º 2/2011

---- **PRESIDÊNCIA:** Doutora Leonor Cardoso -----

---- **1.ª SECRETÁRIA:** Dr.ª Palmira Frutuoso -----

---- **2.º SECRETÁRIO:** Sr. Vítor Tenreiro-----

---- Aos vinte e oito dias do mês de Abril de dois mil e onze e no Auditório dos Paços do Concelho, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Mangualde, que havia sido convocada nos termos legais e regimentais no passado dia dezanove de Abril. ---

---- Sendo vinte e uma horas foi feita a chamada, verificando-se as ausências dos seguintes membros municipais: Filipe Ferraz, Luís Abrantes, Dr. Rui Santos, e Carlos Oliveira, José Francisco Loureiro, Bernardino Azevedo, Presidentes das Juntas de Freguesia de Chãs de Tavares, Lobelhe do Mato e Mangualde, respectivamente.-----

---- Justificou a falta o senhor Filipe Ferraz.-----

---- Nos termos do artigo 38º, nº 1, alínea c), da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcaface foi substituído pelo senhor Aníbal Loureiro Pais Mendes.-----

---- Estiveram presentes, o senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. João Azevedo, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Eng.º Joaquim Patrício, os senhores Vereadores Dr.ª Maria José Coelho, Sr. João Lopes, Dr. Sobral Abrantes, Dr.ª Isabel Ramos e Dr.ª Patrícia Fernandes.-----

---- Procedeu-se de seguida à votação da acta da sessão anterior, a qual foi aprovada por maioria, sendo as abstenções devidas a ausências à sessão anterior.-----

-----**ANÁLISE DA CORRESPONDÊNCIA:**-----

---- A senhora *Presidente da Assembleia Municipal* leu a correspondência recebida, ficando à disposição dos Membros da Assembleia.-----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

---- Interveio o senhor *Dr. Carlos Lopes* para dizer que relativamente ao requerimento apresentado pela bancada do PSD na sessão anterior da Assembleia Municipal onde era

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

solicitado cópia do estudo dos custos/viabilidade económica e caderno de encargos da Praia Artificial a construir em Mangualde, que ainda não recebeu qualquer informação e por isso questionava o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre se já era possível fornecer alguns dados sobre o assunto, uma vez que a obra está em execução.-----

---- Quanto à Unidade de Saúde Familiar também tinha algumas dúvidas pelo que questionava qual era o ponto da situação, uma vez que houve alteração na negociação por administração directa. -----

---- Relativamente ao novo Quartel da GNR a bancada do PSD gostaria de saber em que fase se encontra o processo. -----

---- O senhor *engenheiro Tiago Henriques* interveio para congratular, em nome da bancada do PS, duas empresas de Mangualde por novos investimentos privados, que demonstram a dinâmica dos empresários e dos trabalhadores mangualdenses, pela contratação de mais sessenta pessoas para a PSA-Citroën, visto que aumentou o volume de vendas relativamente ao ano anterior, e pela contratação de mais trinta pessoas para a CBI.-----

---- O senhor engenheiro questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente ao novo Quartel da GNR, uma vez que se constava que já havia novidades, e por isso também gostaria de saber em que fase estava a sua construção. -----

---- Congratulou-se ainda pela dinâmica demonstrada pelo senhor Presidente da Câmara Municipal por conseguir que a empresa Estradas de Portugal financiasse a reabilitação da estrada que liga a Av^a da Senhora do Castelo ao estabelecimento Pingo Doce. -----

---- O senhor *Presidente da Câmara Municipal* respondeu que a documentação sobre a Praia Artificial estava a ser preparada para posterior envio. De facto as obras estão em execução e são investimento/património para o Concelho. Prevê-se um bom retorno em termos de turismo, com custos mínimos para a Câmara Municipal, uma vez que é um investimento privado e não uma parceria. -----

---- A Unidade de Saúde Familiar está a desenvolver-se com recursos da Câmara Municipal e foi lançado concurso para finalizar a obra. Quanto ao Quartel da GNR foi elaborada uma adenda ao contrato inicial, o concurso público para a construção da obra vai

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ser lançado pela Câmara Municipal brevemente, e a obra paga pela Direcção Geral do Equipamento. -----

---- Também com a Estradas de Portugal se fez um acordo para a requalificação da estrada que liga o nó da A25 à Avenida Senhora do Castelo e à Rua Tojal D'Anta, uma obra orçada num 1.000.000,00 € (um milhão de euros), paga 100% pelo Estado.-----

---- O senhor *Dr. Carlos Lopes* referiu, relativamente à Praia Artificial de Mangualde, que o título do contrato assinado entre as partes é “contrato de parceria” pelo que é considerado credível e para cumprir, mas continua preocupado porque parece que a Câmara Municipal continua a não saber/ter os custos totais da obra. Ao contrário, a Câmara Municipal parece ter urgência nalguns concursos públicos que depois o Tribunal de Contas até chumba, como é o caso do Centro Escolar, assim sendo gostaria de saber o que está a ser feito para contornar a situação.-----

---- Quanto ao Quartel da GNR, pensava estar tudo na mesma, há simplesmente papéis assinados por governantes e gostaria de saber se estes papéis foram assinados antes ou depois do Governo se ter demitido. -----

---- O senhor *Presidente da Câmara Municipal* disse que a Câmara Municipal possui todos os documentos necessários para a construção da Praia Artificial. Também o Quartel da GNR vai ser feito e existem todos os estudos necessários para a sua construção e neste contexto económico, com o Governo demissionário, não é fácil concretizar os planos agendados. -----

---- Relativamente ao Tribunal de Contas, este não chumbou qualquer projecto da Câmara Municipal de Mangualde, e o procedimento dos concursos urgentes, aprovado por Lei, foi elaborado para que se pudesse executar projectos aprovados pelo QREN. No que se refere ao Centro Escolar, está agendado que a obra seja finalizada em finais de Maio do corrente, e por isso vai ser lançado um novo concurso para equipamento escolar que tem como finalidade acabar a obra. -----

---- *Ponto Primeiro da Ordem do Dia* “**Apreciação da Informação Escrita sobre a actividade do município, bem como da situação financeira do mesmo**” -----

---- Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- *Ponto Segundo da Ordem do Dia* “**CPCJ de Mangualde – Relatório Anual de Actividades de 2010**” - conhecimento -----

---- Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia. -----

---- *Ponto Terceiro da Ordem do Dia* “**Inventário e Cadastro Patrimonial dos Bens e Direitos por Classificação Patrimonial até ao ano de 2010**” – Apreciação da proposta adoptada pela Câmara Municipal -----

---- Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia. -----

---- *Ponto Quarto da Ordem do Dia* “**Desafecção do domínio público de parte do troço da EM 615**” - Aprovação e Votação da proposta adoptada pela Câmara Municipal. --

---- Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia. -----

---- Posto este ponto a votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade, desafectar do domínio público a parcela de terreno com 596,63 m², junto à EM 615, a confrontar a norte com estrada municipal 615, a nascente com posto de abastecimento, a sul com estrada nacional 16 e a poente com estrada municipal 615, e consequente integração no domínio privado municipal, após apreciação pública.-----

---- *Ponto Quinto da Ordem do Dia* “**Desafecção do domínio público de parte da área junto ao Mercado Municipal**” - Aprovação e Votação da proposta adoptada pela Câmara Municipal.-----

---- Interveio o senhor *Dr. Carlos Lopes* para solicitar informação ao senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o que estava a ser projectado para a área em questão, junto ao Mercado Municipal de Mangualde. -----

---- O senhor *Dr. João Azevedo* retorquiu que esta desafecção fazia parte do projecto de requalificação do Mercado Municipal que vai ter novas componentes e que o estacionamento até agora situado naquela zona irá passar para a Avenida Sr.^a do Castelo que também está a ser requalificada. -----

---- O senhor *engenheiro João Tiago* questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a data de construção do Mercado Municipal e quantas vezes é que os comerciantes reclamaram da falta de condições daquele espaço, no mandato anterior. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- O senhor *Dr. Luís Coimbra* afirmou que no mandato anterior foram apresentadas várias maquetas de projectos, entre as quais a do Mercado Municipal, e que de facto não passaram de esboços, mas neste executivo os projectos são concretizados.-----

---- O senhor *Dr. João Azevedo* informou que o Mercado Municipal foi construído em finais da década de setenta e que há urgência de intervir na sua requalificação.-----

---- A senhora *Dr.ª Fernanda Monteiro* disse, em nome da bancada do PSD, que não compreendia a razão desta polémica uma vez que quando questionam é porque querem ter conhecimento aprofundado dos projectos. -----

---- Posto este ponto a votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade, desafectar do domínio público a parcela de terreno com 955,00 m², junto ao Mercado Municipal, a confrontar a norte com Avenida Senhora do Castelo, a nascente e a sul com Mercado Municipal e a poente com rua Valentim da Silva, e conseqüente integração no domínio privado municipal, após apreciação pública.-----

---- *Ponto Sexto da Ordem do Dia* “**Projecto de Regulamento de Cedência, Utilização de Vestuário e Equipamento Medieval do Município de Mangualde**” - Aprovação e Votação da proposta adoptada pela Câmara Municipal -----

---- Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia. -----

---- Posto este ponto a votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.-----

---- *Ponto Sétimo da Ordem do Dia* “**Parecer e Regulamento do Conselho Municipal de Segurança**” - Aprovação e Votação da proposta adoptada pelo Conselho Municipal de Segurança -----

---- Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia. -----

---- Posto este ponto a votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.-----

---- *Ponto Oitavo da Ordem do Dia* “**Primeira Revisão das Grandes Opções do Plano para o ano de 2011/Plano Plurianual de Investimentos**” - Apreciação e Votação da proposta adoptada pela Câmara Municipal.-----

---- Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia. -----

---- Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria com vinte e sete votos a favor, dois votos contra do Dr. Carlos Lopes e Dr. Aníbal Maltez da bancada do PSD e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quatro abstenções da Dr.^a Lucília Ferreira, Dr.^a Fernanda Monteiro, Dr. João Tavares e João Albuquerque da bancada do PSD.-----

---- *Ponto Nono da Ordem do Dia* “**Primeira Revisão ao Orçamento para o ano de 2011**” - Apreciação e Votação da proposta adoptada pela Câmara Municipal. -----

---- Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia. -----

---- Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria com vinte e sete votos a favor, dois votos contra do Dr. Carlos Lopes e Dr. Aníbal Maltez da bancada do PSD e quatro abstenções da Dr.^a Lucília Ferreira, Dr.^a Fernanda Monteiro, Dr. João Tavares e João Albuquerque da bancada do PSD.-----

---- *Ponto Décimo da Ordem do Dia* “**Prestação de Contas/Gerência Municipal 2010**” - Apreciação e Votação da proposta adoptada pela Câmara Municipal. -----

---- O senhor *Dr. Carlos Lopes* disse que a taxa de execução do orçamento foi baixa, as receitas de capital apresentam uma taxa de execução de 14%, houve um decréscimo de 2009 para 2010. A dívida a fornecedores subiu, a dívida de médio e longo prazo reduziu e gostaria de saber a que se devem tais factos.-----

---- Interveio o senhor *Dr. Mário Figueiredo* que disse a Câmara Municipal de facto arrecadou menos receita e isto deve-se ao ciclo económico e implicou uma redução de cerca de 3.000.000,00 € (três milhões de euros). No entanto este executivo reduziu as despesas correntes na mesma proporção às receitas correntes e pela primeira vez reduziram-se também as despesas com pessoal.-----

---- A diferença entre despesa e receita corrente pautou-se numa mais valia de 1.500.000,00 € (um milhão e quinhentos mil euros), ou seja a Câmara Municipal gastou menos em despesa corrente do que em receita corrente. As receitas que a Câmara Municipal não conseguiu cobrar relativamente ao orçamentado são por exemplo a derrama, o IMI, ou o IMT e aquelas receitas que dependem de políticas camarárias subiram, mais especificamente a venda de património/terrenos por exemplo. As contas agora apresentadas traduzem acima de tudo uma gestão controlada, a despesa de capital de 5.314.000,00 € (cinco milhões trezentos e catorze mil euros) contribuiu para o reforço do activo ou seja aumento de património em 4.459.000,00 € (quatro milhões quatrocentos e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cinquenta e nove mil euros) e isto vai-se reflectir conjuntamente com a redução da despesa, na redução do endividamento em cerca de 30%.-----

---- O senhor *Dr. Jaime Almeida* disse que este executivo camarário fez um trabalho magnífico dado a conjuntura económica, e com uma redução das receitas de cerca de 3.000.000,00 € (três milhões de euros).-----

---- Tomou a palavra o senhor *engenheiro João Tiago* para dizer que com a redução do IMI na ordem dos 7%, do IMT em 58%, da derrama em 44%, e de loteamentos em 35%, não seria possível fazer obra, mas este executivo fez obra e aposta no futuro.-----

---- Também a redução da despesa com pessoal em 53.000,00 € (cinquenta e três mil euros) deve-se a alteração ao quadro de pessoal apesar do aumento da transferência de verba para a ADSE.-----

---- O senhor *Presidente da Câmara Municipal* explicou que não era fácil manter o nível de execução do orçamento, vai haver mais cortes nas transferências do Estado e redução nos impostos directos. A redução da receita de cerca de 3.100.000,00 € (três milhões e cem mil euros) de 2009 para 2010 também é uma agravante.-----

---- A Câmara Municipal tinha uma multa de 55.000,00 € (cinquenta e cinco mil euros) por mês por excesso de endividamento e deixou de ter com este executivo.-----

---- No que se refere ao QREN, o Estado deve ao Município de Mangualde 500.000,00 € (quinhentos mil euros) e se este valor tivesse sido transferido no ano anterior este executivo teria reduzido o endividamento bruto em mais 250.000,00 € (duzentos e cinquenta mil euros).-----

---- Houve uma execução de cerca de 40% do orçamento, mesmo com menos 3.100.000,00 € (três milhões e cem mil euros).-----

---- O ano de 2011 vai ser um ano muito difícil para a execução orçamental e no próximo ano, aquando da discussão da conta de gerência, os senhores da oposição vão de facto poder dizer que o Presidente da Câmara Municipal se endividou, é um facto para memória futura, pois a situação é dramática.-----

---- Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria com vinte e sete votos a favor, quatro votos contra do Dr. Carlos Lopes, Dr. Aníbal Maltez, Dr. João Tavares, João

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Albuquerque da bancada do PSD e duas abstenções da Dr.^a Lucília Ferreira e Dr.^a Fernanda Monteiro da bancada do PSD.-----

---- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

---- Não houve qualquer intervenção.-----

---- Não havendo mais nada a tratar, a senhora *Presidente da Assembleia Municipal* propôs que a presente acta fosse imediatamente aprovada sob a forma de simples minuta, para produção de efeitos imediatos e eficácia externa. Esta proposta foi aceite e a minuta da acta foi aprovada, por maioria, e assinada pelos membros da Mesa. Em seguida, quando eram vinte e duas horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e oito de Abril, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, deu por terminados os trabalhos desta sessão, encerrando-a. -----

-----Para constar, lavrou-se a presente acta, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

A Presidente,

A 1.^a Secretária,

O 2.^o Secretário,
